

CONSTITUINTE
GAZETA MERCANTIL
27 JAN 1988
"Centrão" reúne-se para montar seu esquema de atuação no Plenário

por Andrew Greenless de Brasília

O "Centrão" — grupo suprapartidário de tendência conservadora — começa a enfrentar hoje seu principal desafio: manter em Brasília, mais especialmente no plenário da Constituinte, o mínimo de 200 parlamentares dispostos a apoiar as propostas do bloco, nas segundas votações previstas. Ontem, os dirigentes do grupo reuniram-se para acertar o esquema de atuação no plenário e deram especial atenção aos esforços pela unidade do "Centrão".

"Vamos nos dividir em pequenos partidos de dez membros", explicou o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), referindo-se à equipe de trinta coordenadores, cada um responsável pela orientação a cerca de dez membros do bloco. No plenário, o "Centrão" terá sempre dois líderes. As duplas deverão se revezar diariamente: Fiúza e Irapuan Costa Júnior (PMDB-GO), Gastone Righi (PTB-SP) e Afif Domingos (PL-SP), José Lourenço (PFL-BA) e Roberto Jefferson (PTB-RJ), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Ricardo Izar (PFL-SP), Amaral Neto (PDS-RJ) e Inocêncio Oliveira (PFL-PE) e Siqueira Campos (PDC-GO) e Carlos Virgílio (PDS-CE).

Na retaguarda, o "Centrão" terá diversas comis-

sões. A temática, formada pelos deputados Eraldo Tinoco (PFL-BA), José Lins (PFL-CE), Paes Landim (PFL-PI), Max Rosenmann (PMDB-PR), Luiz Roberto Pontes (PMDB-RS), José Geraldo (PMDB-MG) e Roberto Augusto (PTB-RJ). Eles serão responsáveis pela análise das emendas e definição do voto do "Centrão". A comissão regimental contará com os deputados Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Gastone Righi (PTB-SP), que terão a incumbência de eliminar dúvidas sobre o regimento interno.

Haverá ainda uma comissão de negociação, a única autorizada a manter contatos em nome do "Centrão", como ressaltou o deputado Fiúza. Será formada pelos líderes partidários ligados ao grupo: José Lourenço, Amaral Neto, Gastone Righi, Siqueira Campos, Carlos Sant'Anna e Afif Domingos. "Para tomarem qualquer decisão, no entanto, eles deverão consultar o grupo", frisou Fiúza.

O deputado Basílio Vilar (PMDB-PR) ficará com a comissão de infraestrutura, enquanto o deputado Dado Coimbra (PMDB-RJ) continuará na função de coordenador de mobilização. Coimbra informou ontem que espera a presença hoje, em Brasília, de 201 membros do "Centrão".

A estratégia do PT para aprovar estabilidade

por Andrew Greenless de Brasília

Apesar de ter uma bancada pequena na Constituinte (dezoito cadeiras), o PT encontrou uma arma para enfrentar o peso dos mais de 200 votos do "Centrão" em dois temas fundamentais para o partido, a estabilidade no emprego e o direito de greve. A poucos minutos do encerramento do prazo de entrega de requerimentos de destaque para votação em separado (DVS), a assessoria do PT concluiu que poderia criar dificuldades para o "Centrão" justamente com um DVS.

Assim, o "Centrão" deverá aprovar seu próprio texto sobre a estabilidade e o direito de greve, mas alguns trechos foram destacados pelo PT e serão votados separadamente. A esquerda aposta nas dificuldades de os conservadores manter em plenário os 200 parlamentares necessários para derrubar o DVS do PT e assegurar a integralidade da proposta. E mesmo que consigam, o PT quer forçar o "Centrão" a debater te-

mas que a esquerda considera antipopulares.

O texto do "Centrão" que deverá ser aprovado determina que o trabalhador terá direito à "estabilidade no emprego após doze meses mediante garantia de indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço prestado, nos casos de demissão sem justa causa e, nos casos de força maior, de indenização na forma da lei". Caso o grupo não derrube os destaques do PT, a redação — que agrada à esquerda — será a seguinte: "estabilidade no emprego e indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço prestado nos casos de demissão de força maior".

O mesmo ocorre com greve. A emenda do "Centrão" a coloca entre os direitos dos trabalhadores, mas ressalva, por exemplo, que os serviços essenciais não poderão parar. O PT destacou as ressalvas e, caso obtenha sucesso, o texto definirá simplesmente que a greve é um direito do trabalhador.

CONGRESSO

Líderes decidem hoje o dia da votação do "pacote"

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

O presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena (PMDB-PB) reúne-se hoje com as lideranças partidárias para acertar o dia da votação do pacote fiscal. Na reunião, Lucena também pedirá aos líderes que convoquem suas bancadas a estarem presentes no dia da votação.

O prazo para os relatores apresentarem seus pareceres sobre os oito decretos-leis baixados no final do ano pelo Executivo, que alteram normas fiscais, se encerrou ontem. Lucena informou que a votação deverá ser marcada para antes do Carnaval. Ele lembrou que os decretos-leis já foram lidos e, portanto, já começou a correr o prazo de sessenta dias de que o Congresso dispõe para aprová-los ou rejeitá-los inteiramente, sob pena de serem aprovados por decurso de prazo.

O líder do PFL no Senado, senador Carlos Chiarelli (RS) disse que a ideia é que os decretos sejam apreciados entre os dias 9 e 10 de fevereiro. As sessões do Congresso serão realizadas pela manhã, uma vez que as tardes estão destinadas às sessões da Constituinte.

Nas próximas duas semanas uma comissão suprapartidária estará encarregada de mobilizar os parlamentares, informou Chiarelli. Na sua opinião, entre os decretos-leis que tratam da reforma fiscal deveria ser rejeitado o que corrige em 250% a tabela progressiva do Imposto de Renda e cria o adicional para o contribuinte que tem mais de uma fonte de renda. Para o senador, o Congresso deve examinar esse dispositivo com cuidado e deve rejeitá-lo: "Primeiro pela forma como foi feito — sem debate — e depois porque agrava a carga tributária dos assalariados".